



CAMARA DOS DEPUTADOS

À COMISSÃO DE PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MINERAÇÃO MINA CÓRREGO DO FEIJÃO, DA EMPRESA VALE S.A.

REQUERIMENTO N° _____, _____ DE 2019

(Do Sr. Deputado Federal _____)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS À FUNAI referente à situação dos impactos aos povos indígenas e às medidas de reparação integral necessária e executadas pela VALE S/A face ao rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, e face outras áreas de barragens desta empresa em risco de rompimento.

Senhor Presidente,

Senhor Presidente, Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requero seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS À FUNAI



CAMARA DOS DEPUTADOS

(FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO) referente à situação dos impactos aos povos indígenas e às medidas de reparação integral necessária e às medidas executadas pela VALE S/A face ao rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, e face outras áreas de barragens desta empresa em risco de rompimento.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar AS CAUSAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MINERAÇÃO MINA CÓRREGO DO FEIJÃO, DA EMPRESA VALE S.A., ocorrido em 25 de janeiro de 2019, bem como apurar responsabilidades por esse sinistro e avaliar formas de minorar os riscos da ocorrência de novos acidentes. Entre os atingidos pelo rompimento estão o povo Pataxo Ha-ha-há, da aldeia Naõ Xohã, no Município de São Joaquim de Bicas, e considerando a bacia hidrográfica outros povos também foram e poderão ser atingidos. Faz-se necessário considerar a responsabilização da empresa VALE S. A. face às violações de direitos destes povos e comunidades tradicionais, que têm uma relação não só produtiva em relação às águas e à terra, mas têm toda sua dimensão de vida vinculada à natureza.

Por todas as razões expostas, conto com o apoio dos eminentes pares ao presente requerimento, para que sejam requisitados por esta Comissão as informações e documentos à FUNAI.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 2019.

Deputado Federal

Deputado Federal Padre João